

A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo

Alexandra Campos Oliveira (alexandratur@hotmail.com)*

Resumo

O presente artigo pretende debater a relação entre turismo e população anfitriã. Parte, primeiramente, da discussão sobre a heterogeneidade da população dos destinos turísticos, uma vez que os benefícios advindos da atividade não são percebidos por esta eqüitativamente. Assim, questiona-se: em que medida a geração de empregos, impostos e divisas beneficiam a população local? Qual a participação desta na renovação do território e no novo fôlego adquirido pela economia mediante o desenvolvimento turístico? Enfoca-se as localidades ditas "menos desenvolvidas" (municípios ou regiões de um município), por não se inserirem, em termos relativos, tão amplamente na economia global. Tais localidades possuem peculiaridades especialmente atraentes ao turismo e, ainda, são mais sensíveis aos impactos negativos da atividade, considerando-se as desvantagens econômicas e despreparo de suas populações.

Palavras-chave: impactos do turismo, população anfitriã, desenvolvimento.

Abstract

Abstract: The intention of this article is to discuss the relation between tourism and host population. Part of it, at first, from the discussion about population heterogeneity of tourist destinations, since the profits resulted from the activity are not realized by them equitably. Then, we question: by what means, the employment generation, taxes and borders benefits the local population? What is its participation in the territory renewal and in the new breath took by economy through the tourist development? Approaching the localities judged as "less developed" (towns or regions of a town), for not to get inserted, in a relative way, so broadly in the global economy. Such localities have especially attractive peculiarities for tourism and, even, are more sensitive to the negative impacts from the activity, considering the economic disadvantages and their population unpreparing.

Key-words: tourism impacts, local population, development.

Introdução

Imperam em turismo confusões e divergências conceituais que dificultam o seu estudo. Dentre elas, tem destaque as imprecisões dos conceitos de turismo e, por conseguinte, de turista, que sofrem variações de acordo com fatores como tempo (a Organização Mundial de Turismo - OMT, por exemplo, considera turista o visitante estrangeiro que permanece mais de 24 horas e menos de 3 meses no destino) e motivação (para autores como Stradner, Hunziker e Krapf, Benschmidt, Arrilaga e até mesmo para a OMT, deslocamentos efetuados para fins econômicos não são considerados turismo).

Outro embate conceitual trata da imprecisão inerente ao termo população local, usado para fazer referência aos habitantes de um destino turístico (população anfitriã). Esta imprecisão é abordada por Souza, ao ressaltar que "'população' e seus derivados como 'população local', são categorias pouco operacionais, pois sugerem uma homogeneidade objetiva e de interesses onde não há homogeneidade" (2002: 20).

O grupo receptor, ainda anteriormente a um processo de desenvolvimento turístico, não é um todo homogêneo. A partir do crescimento da atividade, esse núcleo, no entanto, percebe correntes migratórias significativas, passando por uma série de transformações na composição da população local que, não raro, culminam em conflitos de interesses intensos.

Alguns estudiosos, como Beni (2001), utilizam o termo comunidade autóctone para se referir ao grupo estável receptor de importantes grupos em mobilidade: os turistas e os que atuam profissionalmente em turismo.

Critica-se o uso da palavra comunidade generalizadamente, pois esta possui um conceito particular. De acordo com Tonnies (1947), comunidade seria uma forma especial de associação que teria

ligação com imperativos profundos dos indivíduos que a compõem. Desta forma, o autor destaca a família (comunidade de sangue), a aldeia (comunidade de vizinhança) e a cidade (enquanto comunidade de colaboração) como exemplos de relações comunais. Estas diferem de sociedade que, por sua vez, se assenta numa partilha de interesses racionais, tendo como exemplos a cidade comercial, a cidade capital, a cidade cosmopolita, empresas industriais e comerciais e outros grupos constituídos por relações baseadas em interesses. Se as comunidades possuem vontade orgânica que se manifesta na afetividade, na memória e no hábito (ser), as sociedades possuem vontade nascida no arbítrio de seus membros (escolher). Os laços comunitários seriam laços de cultura, enquanto os societários seriam laços de civilização.

Independentemente da ocupação turística de um local, os indivíduos que compõem sua população podem estabelecer entre si relações comunais e, ou societárias. De qualquer forma, cabe ressaltar que o grupo estável receptor "está mesclado pela incorporação de subgrupos de indivíduos provenientes de outras regiões e de outras culturas" (Beni, 2001:83), o que enseja grandes mudanças na estrutura da população que originalmente (antes do desenvolvimento do turismo) vivia no local. Dá-se destaque, no presente trabalho, a esta população original, tendo em vista que, freqüentemente, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento, é marginalizada com o processo de ocupação turística.

Ainda assim, o termo população original também possui suas imprecisões, uma vez que provém da tarefa por si só imprecisa de se determinar um marco para a ocupação turística (quando esta passou a existir ou quando tomou vulto). Parece contar

* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

também com um caráter discriminatório ao implicar a percepção equivocada de que a população original é estritamente vítima e que os que ali se estabeleceram com a expansão turística são "vilões". Na verdade, podem existir membros que se fixam nessas localidades com o processo de ocupação do turismo que lutem pela preservação de suas características e que estabelecem relações mais que econômicas com o local, enquanto pode haver indivíduos da população original que se vejam favorecidos pelo turismo predatório (social, cultural e ambientalmente).

Não se trata aqui, portanto, de criticar generalizadamente a mobilidade de indivíduos e empresas que se fixam nos destinos turísticos, mobilidade esta justificada pela dinâmica das cidades, pelo sistema político-econômico e pelo próprio direito de ir e vir do ser humano. Até mesmo porque esses grupos podem contribuir positivamente para estas localidades, trazendo consigo novos conhecimentos e nova dinâmica às mesmas. A distinção dos indivíduos que residem nos núcleos turísticos (população original e correntes migratórias) tem apenas a intenção de mostrar que os benefícios advindos do turismo à "população local" não são percebidos igualmente por todos que a compõem. Frequentemente estes benefícios atendem aos interesses de determinadas empresas e grupos dominantes e de indivíduos que estão mais preparados para participar desse processo de exploração (termo pertinente, pois corresponde à realidade) turística, ficando à margem, geralmente por ignorância e inexperiência, aqueles que viviam anteriormente nestes núcleos:

"com efeito, certos grupos ou segmentos podem lucrar até mesmo com o turismo mais predatório (ou, às vezes, justamente graças a ele: é o caso, não raro, do capital imobiliário,

assim como de agenciadores de menores prostituídas), enquanto outros grupos podem ver-se seriamente prejudicados e ter suas estratégias de sobrevivência ou seu acesso a recursos vitais seriamente ameaçados" (Souza, 2002:20).

Será utilizado o termo população local no presente trabalho, procurando-se, no entanto, dar maior atenção a essa população original, considerando-se seu caráter referencial no que tange aos impactos socioculturais do turismo. Esta parte da população tem sua participação reduzida, freqüentemente, nas estatísticas referentes aos impactos socioeconômicos da atividade. Estatísticas estas comumente exaltadas por lideranças políticas para demonstrar o "desenvolvimento" imprimido pelo turismo a diversas localidades, ainda que esse "desenvolvimento" se dê mediante a exclusão desta população original.

Ao se dar destaque à população original, tem-se apenas a intenção de ressaltar a necessidade de se discutir os caminhos que a atividade turística tem traçado, buscando estimular o debate pela inserção desta parte população no processo de desenvolvimento turístico.

A Difícil Relação entre População Local e Turismo

"Colombo ficou deslumbrado, quando atingiu a ilha de San Salvador, pela colorida transparência do Caribe, a paisagem verde, a doçura e a limpeza do ar, os pássaros, e os mancebos 'de boa estatura, gente mui formosa' e 'bastante mansa' que ali habitava" (Galeano, 1979:25).

A passagem acima, retirada do diário de navegação de Cristóvão Colombo à época da descoberta da América, pode remeter à descrição atual das potencialidades turísticas de uma localidade latino-americana recém "descoberta" pela atividade. Compõem o cenário os elementos

nativos: a natureza exuberante, o exótico, o povo hospitaleiro. Tais características constituem-se em "matéria-prima" para o desenvolvimento da atividade.

De fato, o turismo parte da apropriação e comercialização desses elementos: o espaço e tudo que este contém (Yázigi, 2002). Nesse processo de adequação do mesmo ao consumo turístico, muitas das características originais se perdem. Se, inicialmente, o espaço desempenhava, para a população local, o papel de "mediador para a vida e as coisas acontecerem (...); de referências geográficas, psicológicas (lúdicas, afetivas), informativas (...) e, sobretudo, de alimento a memória social" (idem, p. 33), pode, a partir do turismo, passar a exercer os papéis de mero receptáculo para o turista e de lucros para alguns.

A adoção de uma percepção majoritariamente mercadológica da atividade por investidores e, mais preocupante, pelo próprio poder público, tem promovido diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve. Até mesmo os efeitos positivos, nesse contexto, podem ser questionados.

Os impactos da atividade relatados no presente artigo têm foco na população de localidades ditas "menos desenvolvidas"¹. Não se trata exatamente de áreas cujos habitantes vivem em extrema pobreza, guetos ou os mais sórdidos subúrbios de cidades, subprodutos da lógica dominante de "desenvolvimento", uma vez que tais áreas não apresentam grande apelo turístico. Trata-se sim de localidades cujas populações são ditas tradicionais² e que vivem (ou viviam, anteriormente ao processo de desenvolvimento turístico), basicamente, da pesca e da agricultura de subsistência, bem como municípios interioranos que não se inserem tão amplamente, em termos relativos, na economia global. Estes locais

(municípios ou regiões de um município) correspondem à grande parte dos destinos "descobertos" pela atividade turística, por suas peculiaridades naturais e culturais preservadas, representando uma alternativa de fuga do cotidiano aos indivíduos dos conglomerados urbanos (que, por sua vez, correspondem em grande medida ao mercado consumidor de turismo).

Para essas localidades, ditas "menos desenvolvidas" por autores como Archer e Cooper (2002), o turismo representa uma possibilidade de redenção econômica. De acordo com os mesmos autores, a introdução da atividade em áreas "menos desenvolvidas" "pode ter um efeito muito maior sobre o bem-estar da população residente do que o resultante da mesma quantidade de turismo em partes mais desenvolvidas do país" (2002:88). Os autores se referem ao acréscimo substancial na renda familiar dessas populações. Destacam também o incentivo monetário que o turismo aufera ao artesanato local com a criação de um mercado para tal.

Krippendorf, por sua vez, afirma que quanto menor for o "desenvolvimento" da região receptora, maior será a intensidade dos efeitos negativos socioculturais do fluxo turístico sobre a população local (1989:99).

Vale ressaltar que os diversos conflitos advindos do processo de ocupação turística não são exclusivos desta atividade. O turismo, atividade que "nasceu e se desenvolveu com o capitalismo" (Moesch, 2000:9), é apenas mais uma atividade a reproduzir essas tensões, "ainda não devidamente avaliadas pelos cientistas sociais tanto nos indivíduos e grupos sociais de áreas esparsamente povoadas quanto nos grandes conglomerados urbanos" (Beni, 2001:74). No entanto, observa-se que, nessas áreas esparsamente povoadas e consideradas "menos desenvolvidas", os conflitos gerados pelo desenvolvimento da

atividade turística são mais visíveis e, não raro, mais cruéis. Se às grandes cidades atribui-se a concentração dos padrões e problemas gerados pela reprodução acelerada e desigual do sistema capitalista, observa-se que, através do turismo, tais efeitos passam a ser sentidos, de forma mais intensa e especialmente em determinadas épocas do ano, também em pequenas localidades.

Ironicamente, a expansão turística tem sido freqüentemente associada à possibilidade de incitar o desenvolvimento dessas localidades, apesar de suas conseqüências adversas. Isso se deve em grande medida à exaltação equivocada dos benefícios econômicos que a atividade implica aos destinos em que ocorre, à crise no próprio conceito de desenvolvimento e à adoção de modelos inadequados de desenvolvimento turístico.

Um exemplo da marginalização da população com o desenvolvimento turístico está em Bahias de Huatulco, costa sul do México. De acordo com Schlüter (2002), a construção de clubes de férias e complexos hoteleiros, provocou o reassentamento da população que ali residia. Este é um dentre muitos exemplos de privatização de espaços públicos por grandes empreendimentos que resultam no impedimento da população de desfrutar áreas de sua própria região. Ainda, apesar destes investimentos ensejarem a geração de diversos postos de trabalho, observa-se que nem sempre beneficiam a população local. No caso de Bahias de Huatulco, "a maioria das ocupações exigia que os trabalhadores tivessem pelo menos um bom domínio do inglês, língua que eles não conheciam e que nunca tiveram a oportunidade de aprender" (Schlüter, 2002:242). Observa-se, assim, que essa parte da população, além de suas limitações econômicas, tem ainda como desvantagem seu despreparo para lidar com a nova

economia que se impõe.

Se, por um lado, o turismo traz investimentos e imprime novo fôlego à economia dessas localidades, por outro promove uma pressão inflacionária. Isso porque, em geral, "os turistas têm sempre uma capacidade de gastar mais que os residentes, seja porque dispõem de um poder aquisitivo maior, seja porque poupam para as viagens e sentem maior inclinação para isso, por estarem gozando situação de férias" (Lage & Milone, 2000:127). Tal situação pode ser retratada também através do exemplo de Bahias de Huatulco (Schlüter, 2002), cuja população passou a enfrentar problemas devido ao aumento dos preços de mercadorias básicas, ocasionado pelo desenvolvimento turístico. Também em Paraty, município localizado no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, os habitantes pagam preços superfaturados por mercadorias e serviços básicos (como alimentação, habitação, transportes, etc.) devido ao turismo. Na Vila de Trindade, área rural do município, segunda região, em Paraty, mais freqüentada por turistas, os habitantes descrevem essa realidade: "somos turistas permanentes. Pagamos o mesmo preço que os turistas durante todo o ano", relata um morador (Oliveira, 2004).

Por outro lado, o turismo, ao incitar o investimento em infra-estrutura, pode trazer benefícios às populações anfitriãs. Parte dessa infra-estrutura constitui-se de instalações específicas para turistas; outra parte, além de servir ao turismo, é disponibilizada à população local, como estradas e aeroportos. No entanto, Archer e Cooper ressaltam que, em muitos casos, a população anfitriã "ainda recebe poucos benefícios diretos dessas melhorias" (2002:88). Grande parte desses investimentos se direciona a áreas próprias para o turista, e não exatamente para atendimento da população.

Neste sentido, nota-se que a infraestrutura destinada a atender as necessidades da população é considerada despesa, enquanto gastos para tornar ambientes atrativos para o turismo (estradas, hotéis, etc.) são entendidos como investimento. O fato de o bem-estar local não ser considerado investimento público por não ter retorno contábil confirma que, para muitos, o que vale para o "desenvolvimento" é aquilo que pode ser contado.

Não raro, os investimentos em turismo estão intimamente relacionados à especulação imobiliária. Archer e Cooper retratam como o alto valor alcançado pelos terrenos de determinados destinos com o desenvolvimento do turismo afeta de forma significativa à população local:

"os donos de terras locais são incentivados a vender a sua propriedade, e o resultado é que, embora possam obter ganhos a curto prazo, no final a única coisa de que eles dispõem é de seu trabalho de baixa remuneração. Na verdade, a maior parte do benefício decorrente da elevação dos preços da terra é recebida pelos especuladores, que compram a terra dos proprietários anteriores antes de ela ter sido designada para um empreendimento turístico" (2002:88).

Tal realidade é evidente no município de Paraty. Isolado do traçado econômico desde a transferência do escoamento do ouro, que ia do estado de Minas Gerais a Portugal, manteve seu casario genuinamente colonial preservado. A partir do desenvolvimento do turismo, seu centro histórico foi arrematado por empresários dos grandes centros brasileiros e até mesmo de outros países, que compraram seu "casarão colonial da mão de pescadores por uma pechincha, abriram pousadas, lojas e restaurantes e vão muito bem" (Wilk, 1997:44). Tais pescadores, apesar de resistirem ao período de isolamento econômico, não

resistiriam nem se beneficiariam do "desenvolvimento" impulsionado pelo turismo: os nativos paratienses "não moram mais no Centro Histórico e nem ao redor dele. Os que conseguiram garantir uma casinha perto do pedaço preservado pelo Patrimônio Histórico tiveram sorte. A maioria foi mesmo para a zona rural e para a vizinha cidade de Cunha" (idem, p. 47).

Muitas vezes as ofertas de compra de terrenos ou imóveis, ainda que não sejam altas, são assim percebidas por indivíduos da população residente, pois muitos não têm consciência do potencial de seu patrimônio e vêem na venda deste uma oportunidade de investimento em uma nova vida. Ao dissipar estes recursos por inexperiência, acabam "caindo na marginalidade social por não conseguirem engajar-se no esquema do turismo passivo que transforma passo a passo sua comunidade" (Beni, 2001:83).

A exclusão da população local é mais lucrativa do ponto de vista dos interesses dominantes. Os habitantes das áreas "descobertas" pelo turismo não são, assim, considerados agentes da transformação de suas localidades em destinos turísticos de prestígio no ranking nacional e especialmente internacional, tendo em vista suas desvantagens econômicas e despreparo para a atividade. Tal responsabilidade, em geral, é relegada, até mesmo nas estratégias do poder público, a outros investidores, com maior qualificação e poder capital.

A venda de propriedades é um dos fatores mais importantes na marginalização da população local no processo de consolidação de destinos turísticos. Ao se desfazer de suas posses, o morador deixa de deter a propriedade dos meios de produção, tornando-se, quando muito, a mão-de-obra de baixa remuneração que serve às novas formas e funções de seu território. São, assim, incorporados no sistema de produção e

consumo com um papel distinto dos novos proprietários e produtores do espaço: constituem-se o trabalho barato que faz a engrenagem se movimentar. Poucos são bem-sucedidos; a maior parte apenas torna possível elevar o nível de vida dos "capazes do progresso".

Vale ressaltar que a atração de investimentos se dá em locais com natural vocação turística, onde o desenvolvimento endógeno (com inserção e articulação dos agentes sociais locais) seria mais possível, pois requer menores investimentos que em áreas de menor apelo turístico. Ironicamente, nessas localidades, a marginalização da população local é visível e freqüentemente acelerada por estratégias adotadas por lideranças políticas. Muitas destas localidades ganham hotéis luxuosos, restaurantes de gastronomia internacional e uma demanda turística de alto poder aquisitivo que beneficia a grupos restritos, e, por outro lado, contabilizam número crescente de prostituição, violência, miséria e segregação social, quadro agravado pelo turismo que promove o "des-envolvimento". "Des-envolvimento" no sentido que a atividade turística é excludente, uma vez que, para a turistificação e comercialização do espaço, a atração de novos indivíduos com poder de investimento passa a ser tão importante quanto o deslocamento de antigos moradores, despreparados para esse processo; também porque, desta forma, o espaço de localidades onde ocorre a ocupação turística perde o papel "mediador para a vida e as coisas acontecerem" citado por Yázigi (2002), passando a ter maior papel comercial. O município de Paraty apresenta-se como exemplo desta realidade. Como afirma Meneses, Paraty, "como bem cultural não é, para seu habitante, cidade boa para viver enquanto cidade, mas boa, enquanto cenário, para fruição dos proprietários, paulistas ou cariocas, de seus imóveis mais

carregados de valor" (2002:98).

A atividade turística, apesar de ensejar, não raro, tais impactos negativos, ainda é considerada uma oportunidade de melhoria de vida por muitos membros da população anfitriã. Nesse sentido, o crescimento do turismo em áreas ditas "menos desenvolvidas", de economia frágil e freqüentemente dependentes da agricultura, alcança grande aceitação entre a população local. Muitas vezes ocorre o abandono da atividade agrícola, considerada "uma atividade de baixa produtividade" (Lage & Milone, 2000:126), devido à expectativa de melhores salários e outros atrativos do turismo, como o relativo status social (idem, p. 127). Outras atividades econômicas, como a pesca, também perdem expressão, graças à ilusão de prosperidade que a possível inserção no mercado turístico induz. Tal situação pode ter efeitos adversos devido a sazonalidade inerente à atividade: "Bacal estudou o fenômeno em Maceió, no Brasil, onde, na alta estação, os pescadores conduzem os turistas em suas jangadas até os recifes. Na baixa estação, eles precisam perder muitas horas e mesmo dias tentando "agarrar" algum turista que esteja disposto a fazer o passeio. Eles abandonam a atividade pesqueira porque não existe uma demanda que lhes garanta um preço justo pelo produto de seu trabalho" (Schlüter, 2002:241).

A economia local passa a gravitar em torno do turismo. Assim, ao lado da dificuldade em se inserir de forma justa na atividade turística, a população enfrenta problemas advindos do abandono de outras atividades produtivas e da sazonalidade do turismo. A realidade de Maceió se reproduz em outras localidades não somente na baixa temporada. Em Trancoso, distrito do município de Porto Seguro, Estado da Bahia, observa-se a abordagem ininterrupta dos turistas, nos bares à beira-mar, por indivíduos

oferecendo passeios, produtos artesanais, lanches, etc. mesmo na alta temporada. Especialmente os que detêm menor remuneração ou se engajam no turismo através do trabalho informal necessitam garantir, em épocas determinadas (de maior fluxo turístico), recursos para sua sobrevivência ao longo do ano.

Todos os impactos acima citados geram e são acompanhados por outros, visíveis em diversas localidades do litoral brasileiro. Damiani (2000) retrata as preocupações emergentes na Praia do Canto Verde, próxima a Fortaleza, estado do Ceará, tomando-se por base o desenvolvimento do turismo em Canoa Quebrada, destino de destaque no cenário turístico brasileiro. De acordo com a autora, a população da Praia do Canto Verde

"não queria repetir o fenômeno de Canoa Quebrada, localidade muito próxima dali, que definiu, como avanço do turismo, a degradação social da população original - drogas, miséria, prostituição eram apontadas como incidências decorrentes do turismo nessa comunidade. Que venha o turismo, mas orientado, também, segundo nossas necessidades locais e nossa preservação comunitária, era o que defendia a população organizada. Essas famílias de pescadores e rendeiras lutam contra a bruta proletarização que o turismo pode representar" (2000: 49).

Ao lado da degradação social discutida por Damiani (2002), está, em contraponto, a interferência do turismo na constituição do espaço urbano tendendo à transformação do real em ideal. Nesse sentido, pode ocorrer a tentativa de se afastar a pobreza do convívio com turistas, direcionando aquilo que "não deve ser visto" para áreas menos nobres. Em outros casos, tal tendência se reflete na adequação da paisagem ao consumo, criticada por Rodrigues (2002). Segundo a autora, a

paisagem "exótica" ou natural, de grande valor para o turismo, só possui essas propriedades porque "está longe de um uso intensivo (e fugaz) do território" (Rodrigues, 2002:49). Mas a sua "descoberta" pela atividade turística implica a necessidade de renovação "para permitir o passeio de uns e renda para outros" (Ibid.). O resultado é a criação de "ilhas artificiais de lazer e de turismo, de vida noturna, condenados a nova decadência e ao funcionamento intermitente, esvaziadas e sem vida, pela expropriação dos antigos moradores e a sazonalidade dos novos usuários" (Ramalho Filho, 2003).

Não raro, a exploração comercial do território resulta, ainda, em projetos que agridem o conjunto paisagístico das áreas onde se instalam. Pode-se citar como exemplos diversos resorts localizados por todo litoral brasileiro. Muitos destes, "pela própria imponência das edificações e grande luxo de suas instalações já provocam um efeito de constrangimento e separação social entre visitantes e as populações das cidades próximas, reproduzindo, no presente, a distância dos senhores feudais e sua corte em relação ao povo e os vassalos" (Beni, 2001:81).

As repercussões do turismo ao meio ambiente não se limitam aos aspectos cênicos. O lixo e esgoto desses empreendimentos são, freqüentemente, lançados aos rios e mares sem tratamento. Ambientes naturais dão lugar a marinas, campos de golfe, resorts, etc. Recursos hídricos são desviados para atender a hotéis em detrimento da necessidade de proprietários rurais (Archer e Cooper, 2002:96). Muitos locais desenvolvidos turisticamente e tomados até mesmo como referência refletem esta realidade:

"muito pouca gente sabe, por exemplo, que entre 80% a 90% do esgoto gerado nos hotéis do Caribe

são lançados ao mar sem tratamento, de acordo com a Organização de Turismo do Caribe. Na mesma região, recifes de coral, manguezais e outras áreas marinhas que abrigam uma infinidade de espécies animais foram destruídos e aterrados para dar lugar a resorts, embarcadouros de navios transatlânticos e marinas" (Radler, 2002:34-35).

Ao uso irracional do meio ambiente efetivado por empreendedores soma-se o comportamento irresponsável de muitos turistas que, "às vezes por ignorância e outras vezes deliberadamente, estragam culturas e equipamento rural, amedrontam os animais e espalham uma grande quantidade de lixo..." (Archer e Cooper, 2002:97). Todos esses impactos refletem na qualidade de vida da população local.

O comprometimento do meio ambiente (em seu sentido mais amplo), aliado aos déficits em infra-estrutura e serviços públicos, realidade comum nas localidades turísticas tratadas no presente trabalho, reflete-se "especialmente sobre os menos favorecidos e mais vulneráveis" (Ramalho, 2003). Isso porque para esta parte da população são direcionados menores (ou nenhum) esforços e recursos para minorar os efeitos da degradação ambiental.

Por outro lado, o turismo é apontado como "força positiva que ajuda a conservar o ambiente" (Archer e Cooper, 2002:97). Nesse sentido, parte do dinheiro auferido com o turismo deveria ser direcionado à preservação do ambiente natural e cultural. A atividade beneficiaria instalações históricas também por constituir uma alternativa de uso destas, muitas vezes ociosas ou abandonadas.

Muitos estudiosos atribuem também ao turismo a propriedade de valorizar ou resgatar aspectos da cultura das localidades onde a atividade se desenvolve. Porém, como afirmam Archer e Cooper,

freqüentemente o modo de vida local se degenera "numa imagem comercialmente organizada da sua essência anterior. As danças tradicionais e o artesanato artístico cedem lugar a imitações baratas para satisfazer às necessidades do visitante e para proporcionar ao residente um rendimento com o menor esforço possível" (2002: 93).

De fato, esta é uma realidade em diversos destinos turísticos. Como afirma Schlüter, quando lideranças da América Latina perceberam que a cultura enquanto "produto" turístico deveria permanecer inalterada, (tarefa impossível), resolveram, no final dos anos 1960, "apelar para a 'autenticidade encenada', até mesmo em áreas remotas" (Schlüter, 2002:236). A inexistência de uma preocupação com os efeitos adversos do turismo permite a perpetuação de graves perdas e deturpações da cultura das localidades onde a atividade se desenvolve.

Ainda no que se refere às repercussões culturais promovidas pelo turismo, ressalta-se o contato promovido pela atividade entre culturas distintas. Este pode ser, inicialmente, considerado um dos potenciais impactos positivos do turismo, ao promover trocas de conhecimento e encurtar distâncias entre os povos. No entanto, esta convivência nem sempre tem conseqüências positivas, especialmente quando grande parte da população local se encontra à margem do processo de ocupação turística.

A tendência chamada etnocentrismo, segundo a qual "o homem vê o mundo através de sua cultura" (Laraia, 1996:75), é uma das responsáveis por conflitos entre população local de destinos turísticos e visitantes. De acordo com Laraia, esta tendência se materializa na propensão que o ser humano tem "em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural" (1996:75). Os valores e padrões de comportamento de residentes e turistas são

distintos, podendo entrar em choque, sobretudo porque os comportamentos dos últimos, antes inibidos por convenções e restrições de seu local de origem, "passam a não ser, e seguem-se os problemas decorrentes - prostituição, drogas, jogo e às vezes vandalismo. Na condição de estranhos os turistas são também vulneráveis e se tornam vítimas de roubo e crimes perpretados pela comunidade local..." (Archer e Cooper, 2002:93).

As diferenças nos níveis de renda entre turistas e residentes também contribuem para a existência de conflitos entre os mesmos. Archer e Cooper citam o chamado "efeito demonstração" da prosperidade em meio à pobreza que, não raro, leva a população local a ter o desejo de imitar o modo de vida dos turistas. A impossibilidade de se atingir níveis de vida semelhantes, "pode gerar um sentimento de privação e frustração capaz de encontrar uma saída na hostilidade e até na agressão" (Archer e Cooper, 2002:94).

Shiroshima (2002) retrata as mudanças culturais que são visíveis em diversas localidades turísticas: "a cultura local vai aos poucos assimilando os novos hábitos de consumo, e o bem-estar trazido pelos avanços tecnológicos cria novas necessidades... Dessa maneira, velhos hábitos e costumes são, aos poucos, abandonados, o contato intenso com o "exterior" cria novos padrões de comportamento, de consumo e cria um impasse, pois a essência é substituída pela aparência, o conteúdo pela forma, o ritual pelo espetáculo, a produção pelo consumo e a história pelo desenraizamento" (Disponível em: www.estudosturisticos.com.br. Acessado em 30/11/2003).

Vale ressaltar, no entanto, que cultura não é algo estático; pelo contrário, possui um caráter dinâmico amplamente reconhecido. O turismo não é a única atividade a exercer influência sobre essa dinâmica. Por outro

lado, como a União Mundial pela Natureza (UICN), no documento From Strategy to Action (1988) afirma, mudanças sociais rápidas causam a "perda de cultura ou do conhecimento tradicional" que pode ser considerada "um problema pelo menos tão grave quanto a perda das espécies" (Disponível em: www.uicn.org. Acessado em: 13/12/2003). A reflexão de Bacal & Miranda (apud Rodrigues, 2002:77) faz-se pertinente: "evolução social é distinta da mutação, na medida em que esta última consiste em transformações observáveis e verificáveis em períodos curtos de tempo, além disso, é mais localizada geograficamente. As mutações causam, em geral, um período de anomia".

O turismo, ao promover mudanças sociais significativas num espaço relativamente reduzido de tempo e possibilitar o contato de culturas distintas pode contribuir para esta perda.

Delineia-se, assim, uma relação controversa entre turismo e população local. Esta e suas peculiaridades estão ameaçadas porque a exploração turística, freqüentemente, é efetuada de maneira excludente. Os efeitos dessa marginalização promovem, ainda, efeitos adversos na experiência turística. Nesse sentido, McCool (apud Fenell, 2002:26) afirma que "quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não-residentes, elas perdem sua capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo". A marginalização da população local engendra o esvaziamento da experiência turística, posto que esta passa a ser mediada por agentes que vêm comercializar o território, estimulados pelo lucro e não comprometidos com os aspectos sociais, culturais e ambientais dessas localidades. O turismo passa a se constituir em "uma forma de experiência empacotada que serve para prevenir o contato real com

os outros, um modo trivial, inautêntico de ser, uma forma emasculada de viagem, feita segura pelo comercialismo" (Boorstin apud Barretto, 2001:22).

A inserção da população se faz estratégica, ainda, devido à relação entre desenvolvimento social e desenvolvimento turístico ressaltada por Lessa (2004):

"...uma sociedade com desenvolvimento social avançado é atraente do ponto de vista turístico. Aumenta sua atratividade, na medida em que certas qualidades associadas à população, ligadas a seu grau de desenvolvimento social se expressam num modo de ser mais cordial, acessível, mais tranquilo, com menor violência. Então uma sociedade mais desenvolvida socialmente tem nessa característica um elemento mais favorável a atrair a curiosidade e o interesse dos visitantes" (Disponível em: <http://www.ivtrj.net/caderno/anteriores/11/depimento/lessa.doc> . Acessado em 14/03/2004).

Conclui-se, assim, que a inclusão da população se faz urgente não somente por questões éticas. As condições sociais e suas repercussões se apresentam como fatores extremamente relevantes ao desenvolvimento do turismo, podendo estimular ou inibir o fluxo turístico. É preocupante, no entanto, a constatação de que a inserção social tenha um significado majoritariamente econômico, não justificando por si só um novo olhar sobre o turismo.

População e Planejamento Turístico

Os diversos desafios impostos pela atividade turística não são visíveis apenas devido à inexistência de um planejamento da atividade. Em muitos casos, apesar da existência de políticas públicas, o turismo, em diversas localidades, tem seu desenvolvimento marcado pela não-

incorporação de grandes parcelas da população. Esta realidade remete à não concretização dos direitos do cidadão: "as pessoas convivem em um mesmo espaço, contribuem economicamente para a mesma sociedade, mas não têm acesso ao consumo de bens e meios de cidadania" (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2003:25).

Dentre os direitos dos indivíduos, para exercício de sua cidadania, está o seu acesso ou inclusão nas iniciativas de participação de controle (idem, ibidem). Tal inclusão se torna ainda mais necessária tendo em vista a falência do Estado na solução de problemas sociais decorrentes do processo de ocupação turística, já abordados no presente trabalho. A participação da população local parte, primeiramente, do reconhecimento de que esta, não raro, não está inserida na divisão dos benefícios advindos da atividade, sendo vítima de consequências adversas; e finalmente, do reconhecimento da contribuição que estas populações, seus costumes e modo de vida propiciam para a experiência turística.

Silveira (2002) afirma que a participação da população é um pressuposto decisivo para o planejamento da atividade. Nesse sentido, o autor evidencia "a distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária" (2002:96-97).

Considera-se, aqui, o planejamento participativo como aquele negociado junto à população dos destinos turísticos, seja através da representatividade desta em órgãos consultivos da estrutura oficial de turismo ou por algum tipo de mecanismo de diálogo entre poder público e população

local (oficinas, ouvidorias, estudos junto à população anfitriã, etc.). Destaca-se que o planejamento participativo não deve ser entendido como representatividade de grupos hegemônicos locais, mas sim da maioria dos agentes da população, oferecendo oportunidades de inclusão também para aqueles que habitavam o núcleo turístico anteriormente ao desenvolvimento da atividade.

Acresce-se ao planejamento participativo a necessidade de disseminação do conhecimento acerca dos impactos do turismo junto às populações locais, especialmente das áreas ditas "menos desenvolvidas", para que estas possam construir e, ou complementar sua visão e senso crítico relativos à atividade e, assim, realmente defender seus interesses. Por impactos do turismo, vale ressaltar, não se entendem apenas suas vantagens econômicas. Este tipo de "educação" para o turismo, voltado para os aspectos econômicos da atividade, é exemplificado por Portuguez (2002), através da inclusão da disciplina "Conscientização Turística" na grade curricular de algumas escolas de Guarapari, litoral do Espírito Santo. Para o autor, "essa disciplina contribui muito pouco para o referencial crítico das populações receptoras, público alvo destes tipos de programas, pois são organizadas, em geral, para ensinar os moradores dos lugares turísticos a receberem bem o turista, visando seu retorno. E é com esse retorno que se acredita poder desfrutar das 'maravilhosas' possibilidades financeiras que o setor pode proporcionar" (2002:185).

Desta forma, essa disciplina seria direcionada mais para o bem-estar do turista, visando sua receptividade pela população sob a justificativa do retorno financeiro que ele pode proporcionar a essas localidades. Enfatiza-se os impactos econômicos do turismo e omite-se seus efeitos

negativos.

A crítica de Portuguez a este tipo de iniciativa estende-se, uma vez que, para o autor, a disciplinarização da consciência destitui o aluno de liberdade e cartilhas e provas para este fim são indispensáveis. Segundo ele, "as notas exemplares de alunos exemplares não significam, nem de longe, que estes estejam conscientizados e que a cidadania foi estimulada" (2002:185).

Nota-se que a exclusão da população local no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo é uma realidade freqüente no cenário nacional. A preocupação com os moradores dos destinos turísticos tem merecido destaque no discurso de lideranças responsáveis pela atividade. No entanto, na prática, os avanços para a efetiva inclusão dessa população têm sido reduzidos.

A deficiência da representatividade dos interesses da população em geral através do Estado implica a necessidade de uma postura pró-ativa por parte da sociedade civil organizada (lideranças locais, organizações não-governamentais, o que a Agenda 21 denomina "comunidade científica e tecnológica", associações e outras instituições, etc.). Impõe-se cada vez mais a necessidade de transpor a política segundo a qual tudo se espera e tudo provém do governo para uma política de participação de toda a sociedade. O papel da população não é substituir o Estado, libertando-o de suas responsabilidades, mas sim assumir uma postura ativa, organizando-se para fazê-lo funcionar. Caso contrário, o destino dessas localidades permanecerá à mercê da boa vontade da política dominante.

Considerações Finais

Os impactos adversos do turismo vêm sendo escamoteados por diversas estatísticas divulgadas por governos e instituições

relacionadas à atividade turística. Tais estatísticas se referem majoritariamente aos impactos econômicos do turismo, como geração de impostos, divisas e empregos, conquistando a atenção de mais e mais lideranças políticas. Conquistam também a simpatia das populações anfitriãs, que passam a crer que a atividade possa lhes trazer a oportunidade de melhoria de vida.

No entanto, o modelo de desenvolvimento turístico dominante é essencialmente excludente, especialmente em localidades ditas "menos desenvolvidas". Nesses locais, os moradores apresentam diversas desvantagens competitivas, como despreparo e baixo poder econômico. Agravando a preocupação referente a essas áreas, observa-se o grande apelo exercido pelas mesmas à atividade turística.

Tais constatações reforçam a necessidade do planejamento do turismo. Porém, até mesmo com o desenvolvimento de planos estratégicos, ou justamente através deles, a população dos destinos turísticos vem sofrendo crescente processo de marginalização que, por sua vez, desencadeia diversos outros efeitos negativos, comprometendo a própria experiência turística.

O planejamento turístico efetivado pelo poder público deveria servir à população das localidades turísticas, reconhecendo-se a heterogeneidade dessa população. Desta forma, tornar-se-ia mais possível a adoção de um modelo de desenvolvimento turístico que não estivesse direcionado apenas ao atendimento dos desejos do turista (visando os aspectos econômicos da atividade) e não se balizasse na cópia de modelos externos à essas localidades, trazidos pelos novos agentes que passam a explorar o território.

A inserção da população esbarra freqüentemente nos interesses dos agentes

hegemônicos (política e/ou economicamente) que se beneficiam da lógica de desenvolvimento turístico dominante. Nesse jogo de poder, perpetua-se a marginalização da população e acirram-se desigualdades sociais.

O modelo excludente de desenvolvimento turístico é apenas uma das criações do arquétipo de sociedade dominante no mundo, que tem, de um lado, uma minoria usufruindo os "benefícios da modernidade" e, de outro, a maior parte da população vivendo na miséria ou tendo suas estratégias de sobrevivência ameaçadas.

O que tem sido observado é a simples adaptação de diversas localidades a esse modelo de sociedade vigente, atendendo, de um lado, o interesse de uma minoria beneficiada pelos lucros das novas formas e usos do território comercializado; e, de outro, as demandas de lazer e seus padrões de consumo impostos pelos próprios agentes produtores do espaço, criados e explorados pelo capital imobiliário e turístico nacional e internacional.

A inserção da população no desenvolvimento turístico só ocorrerá através do combate a essa realidade. Para tanto, é necessária a construção de estratégias que respondam, de maneira diferenciada e sem demagogia, à realidade vigente que extrapola a esfera do turismo.

Uma postura ativa por parte da sociedade civil se faz fundamental. Enquanto os indivíduos se considerarem desprovidos de papel significativo na história, entendendo sua atuação como apenas individual, ligada à satisfação de seus desejos pessoais, estarão sujeitos à lógica excludente e suas conseqüências adversas.

Referências Bibliográficas

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo. En

- THEOBALD, W (Orgs.). Turismo Global. São Paulo: SENAC 2002.
- BARRETTO, Margarida. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In BHURNS, Heloisa T.; SERRANO, Célia; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Olhares Contemporâneos sobre o Turismo. Campinas: Papyrus, 2000.
- BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 6º ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- DAMIANI, Amélia Luísa. Turismo e Lazer em Espaços Urbanos. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Ed.). Turismo. Modernidade. Globalização. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- FENELL, David. A. Ecoturismo: Uma Introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Roberto P. A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). O Desafio da Sustentabilidade - Um Debate Socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- IBAMA. Populações Tradicionais. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/artigos/poputradi.html>. Acessado em: 27/01/2005
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura - um Conceito Antropológico. 11ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In LAGE, Beatriz H. Gelas, MILONE, Paulo Cesar (Orgs.). Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LESSA, Carlos. [Online]. Disponível: www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/1/depoimento/lessa.doc. [29/01/2004].
- MOESCH, Marutschka. A Produção do Saber Turístico. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os "usos culturais" da cultura. In: E. YÁZIGI, A. F. A. Carlos & R. C. A. Cruz (Orgs.) Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e População: Um Estudo de Caso do Planejamento Turístico Participativo na Vila de Trindade - Paraty/RJ. Juiz de Fora: UFJF/DEP.TUR, 2004.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Elementos para uma Abordagem Crítica do Turismo. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- RADLER, Juliana. Olhando o futuro com apreensão. Jornal do Brasil. JB Ecológico. Rio de Janeiro: (34-35), 2002
- RAMALHO FILHO, Rodrigo. O Global e o Local na Cidade Periférica: Necessidade de Reafirmação do Patrimônio Cultural. [Online]. Disponível: http://www.h-economica.uab.es/tercicle/web_ee/cidma/RodrigoA.doc. [23/09/2004].
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável e a atividade turística. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SCHLÜTER, Regina G. Desenvolvimento do Turismo: as Perspectivas na América Latina. In THEOBALD, W. (Org.). Turismo Global. São Paulo: SENAC, 2002.
- SHIROSHIMA, Hélder. Turismo, Consumo, Impacto Social e Natural: Algumas Considerações. [Online]. Disponível: www.estudosturisticos.com.br. Maceió, 2003. [30/11/2003].
- SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da.

- Planejamento Territorial de Dinâmica Local. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SOUZA, Marcelo. Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local? In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- TOONIES, Ferdinand. Comunidad y Sociedad. Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo Socioeconômico 2003 Paraty. Rio de Janeiro, 2003.
- WILK, Cindy. Parati: uma Cidade de Outro Tempo. Viagem e Turismo. São Paulo, 25: (42-53), 1997.
- YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fabri Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo, Hucitec, 1999.